

## Movimento de Acesso Aberto: voltaremos ao ponto de partida?

### Open Access movement: are we reverting to the starting point?

### Movimiento de Acceso Abierto: ¿estamos retrocediendo al punto de partida?

*Kizi Mendonça de Araújo*<sup>1,a</sup>

Editora científica da Reciis

[kizi.araujo@icict.fiocruz.br](mailto:kizi.araujo@icict.fiocruz.br) | <https://orcid.org/0000-0002-9378-3299>

*Igor Sacramento*<sup>2,b</sup>

Editor científico da Reciis

[igor.sacramento@icict.fiocruz.br](mailto:igor.sacramento@icict.fiocruz.br) | <https://orcid.org/0000-0003-1509-4778>

*Christovam Barcellos*<sup>3,c</sup>

Editor científico da Reciis

[christovam.barcellos@fiocruz.br](mailto:christovam.barcellos@fiocruz.br) | <https://orcid.org/0000-0002-1161-2753>

<sup>1</sup> Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>2</sup> Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Laboratório de Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>3</sup> Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Laboratório de Informação em Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>a</sup> Doutorado em Química Biológica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>b</sup> Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>c</sup> Doutorado em Geociências (Geoquímica) pela Universidade Federal Fluminense.

**Palavras-chave:** Comunicação e divulgação científica; Ciência aberta; Acesso aberto; Publicação de Acesso Aberto; Ciência plural.

**Keywords:** Scientific communication and diffusion; Open science; Open access; Open Access publishing; Pluralist science.

**Palabras clave:** Comunicación y divulgación científica; Ciencia abierta; Acceso abierto; Publicación de Acceso Abierto; Ciencia plural.

Neste ano de 2023, o movimento de Acesso Aberto (AA) completou sua maior idade: 21 anos de seu marco, a Iniciativa Budapeste de Acesso Aberto (BOAI), publicada em fevereiro de 2002. Tal iniciativa teve como objetivo conceituar e propor estratégias para implementação do acesso aberto, livre e gratuito às publicações científicas, garantindo assim sua ampla divulgação e diminuição das barreiras para o conhecimento. Como a maioria de nós já sabe, esse movimento teve como estopim a chamada “crise dos periódicos”, que foi deflagrada em meados da década de 1980 pela impossibilidade das bibliotecas, principalmente as norte-americanas, continuarem a manter suas coleções de periódicos atualizadas frente à crescente demanda e ao aumento do número de títulos, bem como em decorrência das taxas cada vez mais

altas de assinaturas das editoras comerciais. Antes de chegar aos Estados Unidos, essa grave crise já era realidade na maioria dos países. Esse é um ponto que gostaríamos de resgatar e destacar neste momento.

Outro fator importante para impulsionar o movimento do Acesso Aberto foi o surgimento dos periódicos eletrônicos, a partir da década de 1990, que, como pontua Muller (2006), despertou a esperança de uma mudança radical no sistema de comunicação científica tradicional, possibilitando a construção de um modelo mais universal, ágil e sem barreiras. Essas barreiras não se limitavam apenas ao acesso livre e gratuito à produção de conhecimento mundial, mas também permitiria vislumbrar um maior destaque e internacionalização da produção local, principalmente dos países que não ocupavam lugares centrais na produção de conhecimento, conferindo maior equidade.

No entanto, o sistema de publicação com acesso restrito se manteve dominante. Mesmo passados 17 anos e com o crescimento e ampliação do movimento AA, a tese de Muller (2006) sobre os elementos que influenciam e retardam o acesso livre tal como idealizado ainda é verdadeira. A prevalência da noção de legitimidade associada ao fator de impacto de um restrito grupo de periódicos indexados em bases de dados comerciais internacionais (*mainstream*), alimentada não apenas pela comunidade científica, mas pelos gestores responsáveis pelas políticas científicas e pelo interesse do mercado editorial, ainda continua sendo a grande âncora que dificulta a concretização de um acesso realmente aberto, gratuito e sem barreiras.

Ao longo desses 21 anos, o movimento se expandiu para a idealização não apenas de um AA, mas de uma Ciência Aberta. Muitas estratégias e ações foram traçadas e, na tentativa de modificar o cenário anterior, novas formas de abertura da ciência e de sua relação com a sociedade vem sendo estabelecidas. Entretanto, no que tange ao AA às publicações, ainda não conseguimos nos desvencilhar da âncora que persiste em nos limitar

Dentre as iniciativas mais recentes, destacamos o Plan S, uma iniciativa lançada em 2018 pelo cOAlition S, um consórcio internacional de organizações financiadoras e executoras de pesquisa, que visa acelerar a transição para o acesso aberto total e imediato de todas as publicações científicas resultantes de investigação financiada por recursos públicos. Essa iniciativa representa um passo importante para a construção de uma ciência transparente e aberta, tal como a idealizada no início do movimento.

Muitos países estão aderindo ao Plan S e incluindo seus princípios as suas próprias políticas científicas. No Brasil, por exemplo, foi lançada em 2019 no estado de São Paulo a Política para Acesso Aberto às Publicações Resultantes de Auxílios e Bolsas Fapesp, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), tornando obrigatória a publicação em Acesso Aberto de qualquer tipo de comunicação científica que contenha resultados de estudos apoiados, parcial ou totalmente, pela agência (Fapesp, 2019). Uma ação importante para a democratização do conhecimento.

Entretanto, em um levantamento recente e ainda preliminar sobre a adesão às publicações científicas de acesso aberto pelos pesquisadores das universidades estaduais de São Paulo, Leta e Araújo (2022) observaram uma redução da fração de artigos em AA na modalidade Via Verde – quando ocorre o arquivamento dos artigos em repositórios institucionais ou centrais após a publicação em periódicos – e um aumento da fração de artigos na Via Dourada, modelo híbrido – periódicos de acesso restrito que disponibilizam seus artigos em AA mediante ao pagamento de taxa para este fim (APC – taxa de processamento de artigo), achados que corroboram com os dados apresentados por Piwowar e colaboradores (2018) que também apontam para o crescimento dessa modalidade de AA na literatura acadêmica mundial. E é sobre esse ponto que concentraremos nossa reflexão.

O avanço do movimento de AA fez surgir um novo e rentável modelo de negócio editorial que tem ganhado cada vez mais espaço. À medida que a exigência pela publicação em AA cresce, cresce também o número de periódicos que aderem ao modelo híbrido, e as APCs vão se tornando cada vez mais onerosas. Em outras palavras, troca-se a cobrança das assinaturas aos periódicos, ou acesso ao artigo, pelo pagamento

de APCs para disponibilizá-lo individualmente em AA. Outro ponto importante é que, segundo Morrison e colaboradores (2021), os valores das APCs tendem a ser mais altos para periódicos indexados na Web of Science (WoS) e Scopus de acordo com seu fator de impacto, ou seja, os valores para publicação em periódicos de países centrais passa a aumentar significativamente nos últimos anos. Transferimos o custo do leitor para o autor e ainda mantemos as lógicas perversas, ou até mesmo as ampliamos, da desigualdade e das barreiras de acesso.

Para ilustrar com um exemplo, em novembro de 2020, o grupo editorial responsável pela Nature e outras 32 publicações da mesma família anunciaram aos seus autores a possibilidade de abertura dos artigos em AA mediante o pagamento de APC. No caso da Nature (revista mais prestigiada do grupo), a quantia estipulada para disponibilização da publicação em AA foi de 9.500 euros por artigo. O anúncio agitou a comunidade científica brasileira, mas, ao contrário do que esperávamos, a discussão suscitada foi mais sobre quem pagará as taxas absurdas para promover o AA e manter as publicações em periódicos desse tipo do que se esse é o caminho de AA que queremos. A discussão levantada se mostra como um contrassenso quando levamos em consideração as questões que motivaram a criação do movimento.

Um levantamento feito por Pereira-Silva e colaboradores (2022) mostra uma tendência de crescimento das publicações com pagamento de APC na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), uma das maiores instituições públicas de pesquisa do país e instituição que abriga a Reciis. O estudo também aponta o impacto financeiro desse modelo de publicação: o valor gasto em APCs só no ano de 2020 para publicação de artigos na Fiocruz foi de R\$6.634.382,81, um custo substancial, principalmente se projetarmos esse valor para as inúmeras universidades e instituições de pesquisa do país. Esse recurso alimenta um mercado que pretendíamos combater.

Até quando conseguiremos manter os custos exorbitantes para continuar publicando em periódicos indexados que disponibilizam o acesso aberto? Quanta desigualdade iremos fomentar com a manutenção desse modelo (países, instituições, área de conhecimento)? Vamos escolher caminhar para uma nova crise?

Resgatarei para reflexão as estratégias que foram recomendadas no início do movimento na Declaração de Budapeste e que foram posteriormente ratificadas pelas Declarações de Bethesda e de Berlim. A estratégia denominada de via Verde, que pressupõe o autoarquivamento – o depósito de um artigo feito pelo próprio autor em um repositório digital institucional ou temático – e a via Dourada, que demandava a criação de um novo modelo de periódico com acesso livre e gratuito via internet.

Nosso país tem se destacado e é considerado um protagonista nas ações e estratégia para concretização do AA entre os países da América Latina. No que tange ao estabelecido pela Declaração de Budapeste de construção e consolidação das vias Verde e Dourada, em uma busca rápida no Registry of Open Access Repositories (ROAR) – base de dados internacional que indexa a criação, a localização e o crescimento de repositórios de acesso aberto de todo o mundo e seus conteúdos (via Verde) – encontramos registro de 190 repositórios brasileiros de AA, um número expressivo quando comparado aos demais países da região. Argentina e Chile, por exemplo, contam com 76 e 29 repositórios, respectivamente.

No que diz respeito à construção nacional da via Dourada, desde 2004, a partir da atuação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) na tradução do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), plataforma de gerenciamento editorial e publicação de código aberto Open Journal System (OJS), desenvolvido pelo Public Knowledge Project (PKP) da Simon Fraser University, foi possível a criação e ampliação do número de periódicos eletrônicos nacionais não comerciais de AA, periódicos ligados a instituições e associações de pesquisa. Essa parceria colocou o Brasil como o segundo maior país em número de periódicos eletrônicos de AA que utilizam o sistema OJS (2.653 revistas - 10,3%) segundo Khanna *et al.* (2022).

Para além das vias Verde e Dourada, e dialogando com a preocupação de visibilidade e legitimação das publicações nacionais e regionais no cenário global, como mencionado por Muller (2006), temos outra ação importante e pioneira que data antes mesmo do marco formal do movimento AA, a iniciativa SciELO, que este ano completou seus 25 anos. A iniciativa tem como objetivo promover a qualificação e visibilidade internacional da produção científica nacional em AA, construindo uma base de dados geradora de indicadores mais condizentes com a realidade loco-regional, o que poderia contribuir para a descolonização dos parâmetros avaliativos.

Ou seja, ao longo desses 21 anos de criação do movimento, o Brasil conseguiu construir uma base sólida das estratégias preconizadas em seu marco e tem avançado na ampliação de estratégias de promoção não apenas de um Acesso Aberto, mas de uma Ciência Aberta. Entretanto, ao avaliarmos as políticas de avaliação da ciência nacional, que têm norteado os acordos transformativos, fica notório que os esforços listados aqui têm sido pouco valorizados e que os elementos que dificultam o ideal de AA listados por Muller (2006) ainda continuam vigentes. Em outras palavras, ainda continuamos reféns do grande mercado editorial, nos subordinando às regras de avaliação estabelecidas pelos países centrais.

As iniciativas de consolidação da Ciência Aberta precisam dialogar com a política de avaliação vigente e esse é um debate urgente. Podemos investir na qualificação e sustentabilidade dos periódicos e bases de dados nacionais de AA (que atualmente sobrevivem com poucos recursos), ou vamos continuar “investindo” na manutenção da subordinação às grandes editoras comerciais do Norte global?

Frente a esse panorama, nosso apelo é para que lutemos, enquanto comunidade científica e pesquisadores de um país não central, por estratégias e políticas que busquem romper essa âncora que nos impede de avançar. É necessário promover a valorização e sustentabilidade de periódicos nacionais realmente de AA (acesso aberto diamante), bem como a valorização de bases de dados loco-regionais, contribuindo assim para uma maior visibilidade e legitimação do conhecimento produzido nacionalmente, diminuição dos custos de publicação e colonização do conhecimento.

Somente a partir de uma ciência realmente aberta conseguiremos um acesso democrático ao conhecimento, em todos os sentidos da palavra.

Desejamos a todos uma ótima leitura e que em 2024 possamos avançar rumo a uma ciência realmente aberta, democrática e plural com valorização dos periódicos e da produção nacional.

## REFERÊNCIAS:

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). **Budapest declaration**. Budapest: Budapest Open Access Initiative, 2002. Disponível em: <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). **Portaria CTA nº 01/2019, de 21 de fevereiro de 2019**. Institui a “Política para Acesso Aberto às Publicações Resultantes de Auxílios e Bolsas FAPESP”. São Paulo: Fapesp, 2019. Disponível em: <https://fapesp.br/12632/portaria-cta-no-012019>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LETA, Jacqueline; ARAÚJO, Kizi Mendonça de. A adesão às publicações de Acesso Aberto: o caso das três universidades estaduais de São Paulo, Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 8., 20-22 jul. 2022, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: UFAL, 2022. p. 30-37 Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/219968>. Acesso em: 18 nov. 2023.

KHANNA, Saurabh *et al.* Recalibrating the scope of scholarly publishing: a modest step in a vast decolonization process. **Quantitative Science Studies**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 912-930, 2022. DOI: [https://doi.org/10.1162/qss\\_a\\_00228](https://doi.org/10.1162/qss_a_00228). Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/3/4/912/114119/Recalibrating-the-scope-of-scholarly-publishing-A>. Acesso em: 3 dez. 2023.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1138>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MORRISON, Heather *et al.* Open access journals & article processing charges 2011-2021. **uO Research**, Ottawa, submetido em 23 jun. 2021. *Preprint*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10393/42327>. Acesso em: 22 nov. 2023.

PEREIRA-SILVA, Marcus Vinícius *et al.* Impacto da taxa de processamento de artigos em uma instituição de pesquisa em saúde: um estudo de caso da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 8., 2022, Maceió. **Anais** [...] Maceió: UFAL, 2022. p. 10-17. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/53841/16-Texto%20do%20Artigo-956-1-18-20220711.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

PIWOWAR, Heather *et al.* The state of OA: a large-scale analysis of the prevalence and impact of Open Access articles. **PeerJ**, Londres, p. e4375, 13 fev. 2018. DOI: <https://doi.org/10.7717/peerj.4375>. Disponível em: <https://peerj.com/articles/4375/>. Acesso em: 13 nov. 2023.